



abrdh

Código de Conduta da Pessoa de Acesso

Janeiro de 2019

Índice

Cumprimento do Código da Pessoa de Acesso
O que acontece se eu não cumprir os padrões de conduta?
Negociação com Contas Pessoais
Relatório do Código de Conduta
Contribuições Políticas nos EUA
Definições

Cumprimento do Código da Pessoa de Acesso

Todos os que trabalham para a abrdn são obrigados a seguir os princípios contidos no Código de Conduta Global. Além disso, há uma série de requisitos complementares para pessoas que possuem acesso a informações confidenciais ou carteiras de clientes. Esses requisitos adicionais são estabelecidos no presente Código de Conduta da Pessoa de Acesso (“Código da Pessoa de Acesso”). Cada Pessoa de Acesso deve receber uma cópia do Código da Pessoa de Acesso e qualquer alteração e deve confirmar que recebeu, leu e compreendeu o Código da Pessoa de Acesso e alterações quando ingressar na empresa e, posteriormente, no mínimo uma vez ao ano.

Pessoas de Acesso incluem:

- Funcionários da abrdn, contratados e *secondees* para a abrdn que possuem acesso às informações comerciais de determinados clientes (consulte a seção Definição para obter a definição regulatória).
- qualquer outra pessoa que tenha sido informada pelo departamento de Risco e Compliance de que foi considerada uma ‘Pessoa de Acesso’.

Todas as Pessoas de Acesso têm o dever de:

- Atuar com integridade, competência, dignidade e de forma ética no trato com o público, clientes, prospectos, empregadores, funcionários e colegas de profissão.
- Agir no cumprimento de nossos deveres fiduciários para com os clientes com um dever afirmativo de cuidado, lealdade, honestidade e boa-fé.
- Agir em benefício de nossos clientes e colocar os interesses dos clientes acima dos nossos.
- Tratar todos os clientes de modo justo; nunca agir de forma a favorecer, ou parecer estar favorecendo um cliente em detrimento de outro.
- Cumprir todas as leis federais de valores mobiliários relevantes dos EUA, conforme aplicável.
- Denunciar qualquer violação do Código da Pessoa de Acesso à equipe de Compliance.
- Apresentar todos os relatórios em tempo hábil, conforme exigido no Código da Pessoa de Acesso, de forma fiel e completa.
- Aderir a todas as disposições e restrições contidas no Código da Pessoa de Acesso.

Como pessoas físicas, devemos saber o que se espera de nós, assumir responsabilidade pessoal por nossas ações e saber como responder no caso de alguém agir de maneira inadequada. Leia este Código da Pessoa de Acesso e reflita em como ele se aplica a você.

Se você não tiver certeza se precisa cumprir os requisitos adicionais estabelecidos neste Código da Pessoa de Acesso, entre em contato com sua equipe local de Risco e Compliance.

O que acontece se eu não cumprir os padrões de conduta?

Qualquer ação que deixar de cumprir os requisitos do Código da Pessoa de Acesso, ou de qualquer um de nossos reguladores, poderá ser submetida a investigação formal e ação disciplinar. Dependendo da natureza da violação, isso pode ser considerado má conduta grave e resultar em sua demissão. No caso de contratados e trabalhadores temporários, qualquer conduta inadequada pode levar à rescisão ou suspensão dos serviços. Também podemos ser obrigados a apresentar um relatório aos nossos reguladores e/ou autoridades.

A abrdn tem a obrigação de relatar transações suspeitas aos nossos reguladores. Se você participar de tal atividade, isso pode afetar seu status referente a autorização regulatória (por exemplo, status de Pessoa Aprovada) e pode ser considerado uma violação reportável. Reguladores globais recentemente processaram ativamente vários casos de abuso de mercado e negociação com informações privilegiadas. Todos fizeram declarações públicas de sua intenção de priorizar o uso de poderes penais e civis para punir aqueles que abusam dos mercados.

Se você tomar conhecimento de uma violação do Código da Pessoa de Acesso e/ou uma violação regulatória, na primeira oportunidade deverá relatar o fato ao seu gerente e/ou ao departamento de Risco e Compliance, ou por meio da linha de ajuda Speak Up (Fale).

Negociação com Contas Pessoais

O que significa “Negociação com Contas Pessoais”?

Negociação com contas pessoais é a compra ou venda de valores mobiliários onde uma pessoa possui ou adquire uma propriedade beneficiária direta ou indireta. Inclui negociar em nome de:

- sua própria conta
- qualquer conta sobre a qual você tenha autoridade de controle para negociar (por exemplo, uma Procuração)
- qualquer outra conta de Pessoas Conectadas, incluindo, entre outros, qualquer cônjuge, parceiro(a) doméstico(a) ou de união civil (consulte a seção Definições para obter a definição completa).

O que são “Valores Mobiliários Reportáveis”?

Valores Mobiliários Reportáveis são todos os tipos de investimento, incluindo Ofertas Públicas Iniciais e Colocações Privadas, com algumas exceções que parecem apresentar poucas oportunidades de abuso de mercado. Para mais detalhes, consulte a seção Definições

Negociação com Contas Pessoais

Quais são as restrições à minha capacidade de realizar negócios pessoais?

Você e suas Pessoas Conectadas estão proibidos de negociar contas pessoais se:

- a transação for passível de levar a um conflito de interesses com a abrdn ou seus clientes
- você tiver informações privilegiadas sobre o valor mobiliário ou suspeitar que tal negociação constituiria abuso de mercado
- o valor mobiliário estiver atualmente na “Lista de *Insiders*”
- a transação for proibida pelo período de bloqueio de sete dias descrito no **Manual de Negociação com Contas Pessoais da abrdn**
- a transação envolveria assumir uma posição vendida em um instrumento financeiro (por exemplo, venda a descoberto, apostas de spread em instrumentos financeiros, venda de opções não cobertas)
- a transação for realizada com um derivativo relacionado a um instrumento financeiro. Derivativos de moeda são permitidos.
- você não tiver recebido a devida autorização/aprovação para a transação.

Quais são as obrigações suas e de suas Pessoas Conectadas em relação à negociação com contas pessoais?

Você e suas Pessoas Conectadas:

- não devem se envolver em negociações excessivas e estão limitados a no máximo dez negociações pessoais com Valores Mobiliários Reportáveis por mês civil. Para esta restrição, as Negociações com Contas Pessoais de Pessoas Conectadas são vistas separadamente das Negociações com Contas Pessoais de Pessoas Supervisionadas.
- não devem vender um Valor Mobiliário Reportável dentro de 60 dias após sua aquisição ou comprar um Valor Mobiliário Reportável dentro de 60 dias após sua venda.
- devem obter aprovação para negociações com contas pessoais em “Valores Mobiliários Reportáveis”, incluindo IPOs e “Ofertas Limitadas”, via MCO, antes de realizar a transação, exceto conforme descrito no **Manual de Negociação com Contas Pessoais da abrdn**. As Negociações com Contas Pessoais realizadas por pessoas da divisão de Investimentos e suas Pessoas Conectadas requerem a aprovação do gerente de linha.
- devem fazer seu pedido até o final do dia útil seguinte à data de aprovação, dentro da quantidade pré-aprovada de (valor ou unidades), na jurisdição em que a Pessoa Supervisionada estiver negociando e registrar a negociação no MCO, conforme descrito no **Manual de Negociação com Contas Pessoais da abrdn**.
- você deve relatar qualquer violação dos requisitos acima ao departamento de Risco e Compliance.

Relatório do Código de Conduta

Quais são meus requisitos de relatórios iniciais, trimestrais e anuais relativos às Negociações com Contas Pessoais?

Como Pessoa de Acesso, você está sujeito aos requisitos de relatórios iniciais, trimestrais e anuais, conforme descrito abaixo. As exigências dizem respeito à divulgação de informações sobre transações e participações com Valores Mobiliários Reportáveis e Contas de Corretagem que detenham Valores Mobiliários Reportáveis.

Relatório Inicial de Participações

Dentro de dez dias corridos após se tornar uma Pessoa de Acesso, você deverá preencher um relatório no MCO detalhando:

- todos os investimentos pessoais em Valores Mobiliários Reportáveis detidos por você e sua Pessoa Conectada. As informações contidas no relatório não devem ter mais de 45 dias antes de a pessoa se tornar uma Pessoa de Acesso.
- todas as Contas de Corretagem que você e suas Pessoas Conectadas possuem que detêm ou têm a capacidade de deter Valores Mobiliários Reportáveis.

Relatório de Trimestral de Transações²

Dentro de 30 dias após o final de cada trimestre, você deverá preencher um relatório no MCO que inclua:

- detalhes de todas as transações com Valores Mobiliários Reportáveis realizadas por você e suas Pessoas Conectadas no trimestre anterior
- confirmação de que você forneceu confirmações de negociação/notas de contrato para cada transação com um Valor Mobiliário Reportável
- confirmação de que você informou todas as Contas de Corretagem que detêm ou têm a capacidade de deter Valores Mobiliários Reportáveis detidos por você e suas Pessoas Conectadas.

Relatório Anual de Participações¹

Dentro de 30 dias após o final de cada ano, você deverá preencher um relatório no MCO descrevendo:

- todos os investimentos pessoais em Valores Mobiliários Reportáveis detidos por você e sua Pessoa Conectada em 31 de dezembro.

Contribuições Políticas nos EUA

Quais são minhas obrigações em relação a doações políticas nos EUA?

- Independentemente de sua localização, **você deve cumprir a Política de Contribuições Políticas nos EUA.**
- Contribuições financeiras e não financeiras, como participação em qualquer tipo de angariação de fundos e/ou

atividades de voluntariado associadas a uma campanha política nos EUA, por exemplo, data, local (conjuntamente “contribuições”) podem gerar potenciais conflitos de interesse devido à capacidade de determinados titulares de cargos de dirigir negócios na abrdn.

- Você é proibido de fazer contribuições para qualquer pessoa que esteja concorrendo ou ocupando um cargo relacionado a uma cidade, condado, estado ou outro município dos EUA. Você é proibido de solicitar contribuições para qualquer pessoa que esteja concorrendo ou ocupando um cargo relacionado a uma cidade, condado, estado ou outro município dos EUA.
- Você tem permissão para realizar contribuições para pessoas que ocupam ou fazem campanha para um cargo federal, desde que tal pessoa também não ocupe um cargo na cidade, condado ou estado. Além disso, é permitida uma contribuição para PACs (Comitês de Ação Política) federais e voluntariado que não esteja vinculada a solicitação financeira (ou seja, segurar um cartaz para um candidato ou campanha).
- Você deve obter a pré-aprovação do departamento de Compliance via MCO para qualquer Contribuição que você ou suas Pessoas Conectadas realizarem para um partido político ou campanha nos EUA. No mínimo uma vez ao ano você será solicitado a atestar que divulgou todas as referidas Contribuições dentro do MCO.
- Você é proibido de fazer indiretamente o que não pode fazer diretamente e, assim sendo, não pode canalizar pagamentos por intermédio de terceiros, incluindo, por exemplo, consultores, advogados e/ou familiares como forma de burlar esta política.
- Para mais detalhes, consulte a Política de Contribuições Políticas nos EUA contida no Manual de Compliance dos Consultores Registrados nos EUA, que pode ser encontrado no STAN ou no site de Políticas e Procedimentos do SharePoint.

Definições

Pessoa de Acesso é um termo definido na regulamentação dos EUA e inclui:

- qualquer conselheiro, sócio ou diretor de um Consultor de Investimento abrdn Registrado nos EUA (“Consultor”)
- qualquer membro do Quadro de Funcionários que:
- tenha acesso a informações não públicas sobre a compra ou venda de valores mobiliários de qualquer Cliente dos EUA, ou informações não públicas sobre a carteira de qualquer Cliente ou
- esteja envolvido no trabalho de fazer recomendações de valores mobiliários a Clientes dos EUA ou tenha acesso a tais recomendações que não sejam públicas ou
- em conexão com suas funções ou deveres regulares, produz, participa ou obtém informações sobre a compra ou venda de Valores Mobiliários Reportáveis por um Cliente dos EUA, ou cujas funções estejam relacionadas à realização de recomendações relativas a tais compras ou vendas ou
- obtenha informações sobre recomendações feitas a um Cliente dos EUA com relação à compra ou venda de Valores Mobiliários Reportáveis do Cliente dos EUA

- qualquer outro membro da equipe que o Diretor de Compliance de qualquer Consultor determine ser uma Pessoa de Acesso.

Pessoa Conectada significa:

- Qualquer cônjuge, parceiro(a) doméstico(a) ou parceiro(a) de união civil
- Qualquer membro dependente de sua Família Imediata que mora em sua casa
- Qualquer membro de sua Família Imediata para cujo apoio financeiro ele ou ela faça uma contribuição significativa
- Qualquer pessoa que tenha influência ou controle sobre as decisões de investimento de outras pessoas
- Fundos de *trust* ou espólios sobre os quais ele ou ela tem controle de investimento
- Qualquer pessoa cujo relacionamento com o funcionário seja tal, que esse funcionário tenha um interesse pecuniário direto ou indireto no resultado da negociação, que não uma taxa ou comissão pela sua execução. “Interesse pecuniário” significa a oportunidade de, direta ou indiretamente, participar de qualquer lucro derivado de uma transação com os Valores Mobiliários Reportáveis.

Membro da Família Imediata significa cônjuge, filhos, pais e irmãos (incluindo adotivos, parentes por afinidade e enteados); no entanto, a definição pode se estender e incluir outros membros da família onde exista um relacionamento próximo.

MCO significa MyComplianceOffice - Sistema de manutenção de registros de Risco e Compliance para: negociação de contas pessoais, presentes e hospitalidade e outra administração de políticas relacionadas ao Código de Conduta.

Valor Mobiliário Reportável

Exemplos de Valores Mobiliários Reportáveis incluem, entre outros:

- Valores Mobiliários listados
- Negócios particulares
- Derivativos
- Ofertas Públicas Iniciais (“IPO”)
- Fundos negociados em bolsa (“ETF”) (registrados como fundos mútuos de investimento ou fundos de investimento unitário)
- Criptomoeda
- Ações da abrdn
- Fundos Mútuos Fechados
- Fundos mútuos de investimento fora dos EUA (não capturados pelas exclusões de Valores Mobiliários Reportáveis apresentadas abaixo)
- Produtos abrdn administrados/subaconselhados, e produtos abrdn administrados em contas de poupança de aposentadoria de funcionários da abrdn

- CDs intermediados

São exemplos de exclusões das definições de Valores Mobiliários Reportáveis:

- obrigações diretas do governo nacional dos Estados Unidos, aceites bancários, certificados de depósito bancário, instrumentos de dívida de curto prazo de alta qualidade (com vencimento inferior a 366 dias na emissão e classificados em uma das duas categorias de classificação mais altas por um Organização de Classificação Estatística Reconhecida Nacionalmente), incluindo acordos de recompra, títulos de crédito e quotas de Fundos do mercado monetário registrados nos EUA que limitam seus investimentos aos valores mobiliários isentos acima.
 - todos os fundos mútuos de investimento de terceiros registrados nos EUA (por exemplo, fundos Mútuos abertos, mas não Fundos negociados em bolsa)
 - Veículos de investimento coletivo regulamentados de terceiros domiciliados na EMEA e na Ásia que: i) emitem valores mobiliários resgatáveis, ii) calculam o PL regularmente, iii) contêm negociação até o dia em que o Fundo é precificado, iv) operam com fixação de preço a prazo e v) não possuem mercado secundário.
- Qualquer dúvida sobre se determinado investimento constitui um Valor Mobiliário Reportável deve ser encaminhada ao Departamento de Risco e Compliance.

Pessoa Supervisionada significa:

- Todos os funcionários da abrdn, incluindo funcionários temporários, contratados, consultores e *secondees*.

Visite-nos on-line
abrln.com